

UTOPIA, ANARQUIA E SOCIEDADE

ESCRITOS EM HOMENAGEM A
JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA

Coordenadores:

Rita Raposo

Isabel Mendes

Rafael Marques

Helena Mateus Jerónimo

Idalina Dias Sardinha

José Carlos Lopes

Manuel Coelho


ALMEDINA

**UTOPIA, ANARQUIA E SOCIEDADE
ESCRITOS EM HOMENAGEM A
JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA**

COORDENADORES:

Rita Raposo, Isabel Mendes, Rafael Marques, Helena Mateus Jerónimo,
Idalina Dias Sardinha, José Carlos Lopes e Manuel Coelho

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Dezembro, 2017

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Índice

Um ensaio que é também uma introdução <i>Rita Raposo</i>	00
Espectro de um homem vivo projectado sobre uma parede branca <i>João Freire</i>	00
Entrevista a José Maria Carvalho Ferreira: a(s) aventura(s) da liberdade <i>Helena Mateus Jerónimo e Rafael Marques</i>	00

PARTE I

JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA: UM PENSAMENTO INCONFORMISTA

José Maria Carvalho Ferreira: do homem inconformado ao professor e investigador – um testemunho <i>António Romão</i>	00
Numa vida há sempre mais vidas do que se pensa: retalhos da vida de um operário-universitário <i>Fernando Medeiros</i>	00
José Maria Carvalho Ferreira: uma mente eruptiva <i>Isabel Castro</i>	00
Narrativa telegráfica de uma relação com mais de quatro décadas... <i>António Caetano</i>	00
Ser amigo do Zé Maria é bom demais <i>José Neves</i>	00
Contra a cafetinagem académica: uma autoetnografia com José Maria Carvalho Ferreira <i>Igor Valentim</i>	00

PARTE II

ANARQUISMO E LIBERTARISMO NA OBRA DE CARVALHO FERREIRA

José Maria Carvalho Ferreira: anarquia contemporânea e um anarquista sem adjetivos	
<i>Acácio Augusto</i>	00
A revista “A Ideia” e José Maria Carvalho Ferreira	
<i>António Cândido Franco</i>	00
A pedagogia libertária em Carvalho Ferreira: diálogo com o campo das outras pedagogias	
<i>Carolina Leão</i>	00
José Maria Carvalho Ferreira: o argonauta da utopia	
<i>Paulo Emílio Matos Martins</i>	00
Paixão pela vida: a anarquia aqui e agora de José Maria Carvalho Ferreira	
<i>João da Mata</i>	00
José Maria, anarquia entre sons de duas águas	
<i>Salette Oliveira</i>	00
José Maria Carvalho Ferreira: a anarquia	
<i>Edson Passetti</i>	00

PARTE III

ECONOMIA E FINANÇAS: OUTROS OLHARES

O predomínio intelectual do conservadorismo na ciência económica dominante: reflexões sobre algumas ideias perniciosas da moderna macroeconomia clássica	
<i>João Carlos Lopes</i>	00
Os conceitos de equilíbrio e de desequilíbrio económico e a fenomenologia de Edmund Husserl	
<i>Adelino Torres</i>	00
Do Finance Ministers characteristics matter? EU Finance Ministers, capital markets and fiscal outcomes	
<i>António Afonso e Maria João Guedes</i>	00

A concertação social em Portugal e os novos ventos da Europa <i>Rui Marques</i>	00
Qual desenvolvimento econômico para a emancipação social da humanidade? Notas sobre a contribuição de José Maria Carvalho Ferreira no colóquio internacional de Economia Popular Solidária <i>Fernando Bomfim Mariana</i>	00
Derelict Mining Sites: environmental menaces and social cemeteries, or opportunities for local sustainable development? An essay <i>Isabel Mendes</i>	00
Conceitos e metáforas, direitos de pesca e “promessas de abundância” <i>Manuel Pacheco Coelho</i>	00
PARTE IV	
DA ECONOMIA POLÍTICA À SOCIOLOGIA ECONÓMICA	
A aporia do conceito de trabalho em Marx: uma análise cronológica <i>Nuno Miguel Cardoso Machado</i>	00
Um economista heterodoxo em construção: John Kenneth Galbraith, entre Harvard e o <i>New Deal</i> <i>José Madureira Pinto</i>	00
A economia como instituição social: um olhar sobre as suas condições e imposições recentes <i>Maria Manuel Serrano</i>	00
Criação de empresas: Polanyi, Barber ou Granovetter? <i>Gláucia Maria Vasconcellos Vale</i>	00
Vida e luta nos espaços-tempos da globalização <i>Thiago Rodrigues</i>	00
Imigração, demografia e mercados de trabalho: algumas notas sobre o passado e o futuro da Europa <i>João Peixoto</i>	00
O que mudou na pobreza e nos estudos sobre a pobreza em Portugal nos últimos 30 anos: um testemunho pessoal <i>José António Correia Pereirinha</i>	00

Estrutura social das colónias portuguesas segundo os recenseamentos de 1940 e de 1950	
<i>Nuno Valério e Palmira Tjipilica</i>	00

Cultura juvenil anarco-sindicalista e culturas populares urbanas em Portugal (1910-1940)	
<i>Paulo E. Guimarães</i>	00

PARTE V
ORGANIZAÇÕES E SUAS DINÂMICAS

“Só sinto o que sei”: efeito do conhecimento organizacional no envolvimento com o trabalho e no compromisso organizacional	
<i>Jorge F. S. Gomes, Karine Sueli Brito Mendes, Mário Teixeira Reis Neto</i>	00

Evolução do sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a Norma ISO 9001, seus benefícios e integração	
<i>Maria Cristina Lança Vilhena de Mendonça</i>	00

Uma aplicação da avaliação de desempenho multicritério na gestão simulada	
<i>Giovanni D. Menegazzo, Claudelino M. Dias Junior, Rogério Tadeu de O. Lacerda</i>	00

Justiça laboral e ideologia patronal: a desconstrução da “nova” dogmática laboral	
<i>António Garcia Pereira</i>	00

A corrupção sistêmica enquanto método de governo e manutenção do poder: a realidade brasileira recente	
<i>Antonio Silva Magalhães Ribeiro</i>	00

O processo de construção do planejamento estratégico: estudo de caso do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina	
<i>Luci Mari Aparecida Rodrigues, Simone Machado Moretto Cesconetto, Thiago Soares Nunes, Marize Helena da Rosa</i>	00

O papel da orçamentação na Força Aérea Portuguesa: diferenças e semelhanças com o sector privado	
<i>Elsa Pereira Evangelista e António Samagaio</i>	00

Cultura juvenil anarco-sindicalista e culturas populares urbanas em Portugal (1910-1940)

*Paulo E. Guimarães**

A relação entre uma ética operária anarquista emergente em Portugal desde finais de Oitocentos e as culturas populares em meio urbano foi um tema relativamente negligenciado na historiografia do movimento operário até finais do século passado (v. Freire, 1992), muito embora os testemunhos autobiográficos de destacados militantes anarco-sindicalistas salientassem empiricamente traços desse meio familiar, laboral e da sua sociabilidade que, *de alguma forma*, explicariam o seu percurso. A relação entre a disseminação dessa nova ética e o meio operário mostrou-se, porém, mais complexa do que sugeria a historiografia de inspiração marxista, que insistia na contagem das fábricas, das caldeiras vapor e das oficinas (Cabral, 1977). Numa obra de síntese e de reflexão sobre a experiência anarco-sindicalista em Portugal, escrita no início dos anos '30 do século XX, Manuel Joaquim de Sousa (1883-1944) afirmou que a difusão da propaganda anarquista, feita através de discursos, manifestos, jornais, folhetos e brochuras e das suas bibliotecas, não foi difícil. Porém, logo acrescentava: "A única dificuldade estava, como hoje (1930), no analfabetismo das massas operárias" (Sousa, 1976, p.61). Não era um obstáculo menor. Pouco tempo antes, no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores realizado em Paris, em Maio de 1926, aquele militante

* Universidade de Évora.

confederal informara os delegados presentes que, no meio português, não teriam medrado grandes pensadores anarquistas ou organizadores do movimento sindicalista. Segundo ele, teriam sido os “operários humildes que, sofrendo todo o tipo de perseguições, sentindo intimamente a necessidade do povo por serem as suas, propagaram o ideal anarquista” (Sousa, 1989, p.30, tradução nossa).

As memórias de destacados militantes anarco-sindicalistas deste período têm vindo a confirmar a importância daqueles instrumentos de propaganda. O operário corticeiro José dos Reis Sequeira (1907-1999), por exemplo, escreveria:

“Os jornais, revistas, etc., toda a literatura de combate, chamavam especialmente a minha atenção. A minha escola revolucionária é quase toda jornalística, por isso pouco profunda e pouco filosófica, matéria para a qual não me achava com inclinação. A minha mente é pouco receptiva às mistificações dialécticas, sou casca grossa e só entendo coisas claras e simples. A razão e a justiça sem subterfúgios. A história é a minha ciência; a experiência a minha filosofia. É na história que baseio a minha luta; é na experiência que firmo o meu ideal. A justiça social, toda inteira, sem preferências, sem privilégios, é todo o meu Norte. (...)”. (Sequeira, 1978, p.27).

Ao mesmo tempo, Sequeira dá-nos informações sobre valores e práticas entre os jovens e os operários adultos do seu tempo que os ideais anarquistas de entreajuda, solidariedade e as práticas de sociabilidade baseadas em grupos de afinidade vinham dar substância e desenvolvimento revolucionário. A par do alheamento das classes populares pela participação nas disputas partidárias eleitorais, constatado por Sousa (1976, p.61) – e também pelo sociólogo León Poinard (1910) nas vésperas da implantação da República -, o corticeiro algarvio refere nas suas memórias a criação informal de caixas de solidariedade na doença entre grupos de operários, a par dos “pequenos grupos que se constituem, sem regulamentos, nem estatutos” para jogar futebol com ligações aos sindicatos que constituíam então verdadeiros clubes operários.

Ora, se neste período o anarquismo encontrou alguma influência nos meios sindicais, não deixou desde logo de procurar

ser agente transformador dos meios populares, rejeitando frontalmente práticas de sociabilidade, *habitus* de classe como eram a frequência da taberna, o consumo regular de álcool, o tabagismo, a par de valores instituídos pelo liberalismo (a competição), pelo catolicismo (a humildade subserviente à autoridade) e pelo militarismo (patriotismo, xenofobia, racismo e o culto da guerra). À falta de instrução da esmagadora maioria da população trabalhadora juntava-se a educação patriótica ministrada pela escola republicana, as duas consideradas como sérios obstáculos à propagação do ideal acrata e à emancipação dos trabalhadores. O sindicalismo procuraria assim contrariar estes dois obstáculos através da criação de escolas nos sindicatos onde novas práticas e conteúdos pedagógicos davam forma a uma nova paideia (v. Candeias, 1992). Ao mesmo tempo, o meio industrial pré-tayloriano, marcado pelo saber-fazer do trabalhador de ofício, pelo espaço oficial racionalizado, e a ecologia dos bairros populares neste período mostraram elevada adequação aos elementos matriciais doutrina anarquista (Freire, 1992, p.369-379). Neste contexto, o militante assumia-se como um elemento transformador do meio social que, por essa via, gerava necessariamente tensões com as forças que garantiam a ordem existente.

Deste ponto de vista, parece-nos interessante compreender a experiência das Juventudes Sindicalistas em Portugal (JS). Criadas, primeiro, em Lisboa, em 1912, as JS eram constituídas por grupos de jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos que se propunham desenvolver, como objectivo prioritário, a propaganda e a educação duma nova geração, de acordo com princípios sindicalistas revolucionários e anarquistas. A experiência das JS's constitui, em nossa opinião, um objecto historiográfico privilegiado para compreender as interacções entre as culturas populares urbanas do 1º quartel do século XX e o programa social revolucionário que foi proposto pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo. Este curto apontamento visa assim explorar esta perspectiva, tendo por base essencialmente a propaganda das JS's, a sua documentação orgânica depositada no Arquivo Histó-

rico-Social (Biblioteca Nacional de Portugal) e beneficiou dos estudos feitos por João Freire (1989, 1992) e, mais recentemente, por Filipa Freitas (2007). Ambos se preocuparam em descrever a organização, os seus princípios doutrinários, problemas e, no último caso, foi dada especial relação à sua relação com a violência. Mais especificamente, procuraremos neste breve apontamento, de forma não exaustiva, identificar representações críticas de práticas e valores correntes nos meios populares e, em especial, entre os jovens operários, bem como os valores alternativos propostos e o papel das emoções na sua mobilização. Visa-se aqui a émica e a ética daquela organização juvenil, e apreender interacções entre processos sociais e psicossociais que conformaram historicamente aquela organização. Interessa colher alguns elementos desta experiência que permitam compreender como as emoções e os novos valores criaram identidades e novas formas de acção em organizações autónomas e não imperativamente ordenadas. cremos que este conhecimento poderá contribuir para estabelecer referências históricas dum movimento, permitindo-nos compreender, *de alguma forma*, a actualidade e a actualização histórica das doutrinas e práticas libertárias emergentes no novo milénio¹.

Formação e recrutamento do jovem sindicalista: antimilitarismo, educação e propaganda

São escassos os testemunhos directos sobre o modo de recrutamento para a organização juvenil sindicalista. Sequeira conta-nos

¹ Veja-se, a este respeito, o esforço de actualização do anarquismo no programa editorial da revista *Utopia* que, logo nos primeiros números publica textos de José Maria Carvalho Ferreira sobre Ecologia Social (*Utopia*, 1, (1995) pp.17-34), de A. Joaquim de Sousa (*Utopia*, 1, (1995), pp.5-15) sobre os problemas e possibilidades de uma prática anarquista na actualidade, de Jerónimo Leal sobre a sua identidade, sentido e actualidade (*Utopia*, 3, (1996), pp.57-62), de Acácio Augusto (“anarquismos hoje? breve nota sobre a luta anarquista em tempos de democracia e internet”, *Utopia* 29-30, 2012), entre outros.

que, no seu caso, ele ocorreu quando tinha 14 anos através dos vários grupos futebolísticos “marginais ao grupo principal da terra”, constituídos por jovens. Porém, a militância logo o fez desligar-se daquela prática para apostar no estudo e no conhecimento sobre “os fundamentos da ideia (...) para defender a nova causa” (Sequeira, 1978, pp.26-27). José Francisco (1898-1990), que foi descarregador portuário e militante confederal, refere a importância que teve no seu percurso a leitura de jornais como *A Comuna*, *O Despertar*, órgão da Federação das Juventudes Sindicalistas, e *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, que circulavam no meio operário. Contudo, sugere que a formação de grupos sindicalistas esteve directamente ligada, no período que antecedeu a Grande Guerra até aos anos '20, à luta dos jovens contra o militarismo e, no imediato, contra a participação de Portugal naquele conflito. A posição belicista acabou por unir os diversos partidos republicanos e gerar uma forte hostilidade contra os que se opunham publicamente à participação no conflito. A este respeito, ele refere a intervenção de grupos de jovens e de estudantes em comícios de propaganda patriótica em espaços republicanos, sofrendo represálias como consequências dessa atitude irreverente (Sequeira, 1980; 1982, pp.20-21). Esta ideia é também corroborada por Emídio Santana (1906-1988) nas suas memórias.

Santana, porém, entrou nas Juventudes numa época mais tardia, em 1924, através da porta do seu sindicato metalúrgico. Fá-lo “com o sentido de responsabilidade” para se “integrar num movimento que resistira à guerra com o seu conteúdo antimilitarista, que afrontara várias perseguições com os seus anseios de justiça e de liberdade, *que lutava na rua ao mesmo tempo que estimulava na juventude um desejo de qualidade de vida*, que era irreverente aos credos mas que suscitava preocupações culturais” (Santana, 1982, p. 67, sublinhado nosso). A par desta ética antimilitarista e do apelo de uma nova estética existencial, o antigo secretário das JS's com responsabilidades na propaganda, alude à importância da sua inserção no meio social. Assim, segundo ele, no Porto as JS tinham uma “maior penetração nos meios populares” graças à “actividade dos

Centros de Estudos Sociais implantados nos bairros, como o das Antas, Paranhos, Foz, etc.” (Santana, 1982, p. 67).

De acordo com Manuel Figueiredo, antigo operário da Companhia do Gás, o primeiro Núcleo da Juventude Sindicalista de Lisboa teria sido fundado formalmente em Janeiro de 1913 por 7 rapazes na Casa Sindical, à rua dos Prazeres (*O Despertar*, I, 1). Um ano mais tarde, em Fevereiro, existia outro núcleo no Porto com 37 associados e outros encontravam-se em organização em Santiago do Escoural, em Viana do Castelo, Tomar, Entroncamento, Cadaval e Portimão. É provável, pois, que antes da reorganização de 1920, a formação destes grupos se tenha incrementado durante os primeiros anos da guerra, acompanhando a dinâmica dos grupos libertários (Freire, 1992, p.281, gráfico 6.1). Em 1916, a União das JS contava com núcleos em 14 cidades e povoações disseminadas no território nacional (Freitas, 2007, p.111). Seja como for, a sua cartografia esteve longe de sobrepor à das organizações de classe mesmo durante os primeiros anos '20, no período do seu apogeu militante (Freire, 1989, mapa p. 123; cf. Freitas, 2007, p.117 que apresenta uma cartografia algo diferente).

As JS's não foram, pois, uma emanção estratégica das direcções das associações de classe ou, mais tarde, dos sindicatos sob influência ideológica do sindicalismo revolucionário e do anarquismo². Para além da autonomia que caracterizou a vida destes núcleos, as relações entre as JS's e os sindicatos foram marcadas por controvérsias teóricas sobre o lugar que deveriam ocupar no movimento sindical, tema de tese que as próprias JS levariam ao Congresso da Covilhã (1922) pela pena de David Carvalho (1899-1985), juntamente com Almeida Marques e Luís de Carvalho (Freire, 1989, p.122).

² Sequeira afirma muitos anos mais tarde, embora sem certeza, que “o movimento juvenil sindicalista foi mais uma manifestação espontânea de gente nova que obra dos militantes velhos no sentido de constituir quadros de reserva para o rejuvenescimento da organização sindical e da futura sociedade socialista”. E logo acrescenta: “A organização juvenil sindicalista viveu e agiu quase que isolada e aos baldões da sorte. (Sequeira, 1978, p.94)

O seu periódico oficial, *O Despertar* saiu pela primeira vez em Maio de 1914, fazendo apelo nesse número à criação de núcleos por todo o país (artigo de Álvaro Franco de Abreu, das JS de Lisboa). O núcleo de Lisboa das JS começou por funcionar no Pátio do Pinzaleiro, na sede da Associação dos Gazonetistas, em Santos, que lhe sede gratuitamente um gabinete. A partir de Janeiro de 1913, a sua sede passou para a rua do Arco da Graça, 4.º, 2.º. O núcleo associou-se à Universidade Livre, à Escola Racional *A Florescente* e à associação dos alunos da Escola Oficina número 1, *A Solidária*. Entre as primeiras actividades conhecidas deste núcleo, que teria nas vésperas da guerra mais de uma centena de membros, conta-se a criação de um grupo dramático, de um grupo musical, a publicação do mensário *O Despertar* e a promoção de uma velada social em Santos, na sede da associação dos Gazonetistas, para a angariação de fundos para apoio aos presos sociais, ou seja, às centenas de vítimas da repressão republicana de 1912-1913. Apesar disso, logo no primeiro número, Manuel de Figueiredo diz-nos, sem explicitar razões, que estes jovens tiveram uma recepção “nem sempre acolhedora entre militantes”. Em breve, o mensário deixaria de ser publicado e apenas em 1920, quando reaparece como órgão da União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, a sua redacção e administração passariam para o edifício sede da C.G.T. na Calçada do Combro, 38-A 2.º.

A constituição da Federação das JS, fruto do trabalho de reorganização e expansão neste período, foi acompanhada por fortes acções repressivas por parte das autoridades republicanas e por controvérsias no seio do movimento sindical que provocaria à cisão nas próprias juventudes, levando uma parte significativa a incorporar-se no recém-formado Partido Comunista Português.



Símbolo da Federação das Juventudes Sindicalistas com o seu lema “Instruir é Construir” (1922)

O autoproclamado objectivo da formação dos núcleos das juventudes sindicalistas era o de preparar “uma nova geração de militantes (...) [que] não querem ser funcionários, burocratas sem ideais”, capaz de “lutar por uma vida digna de ser vivida. O meio social em que vegetamos, *afirmava-se*, não concede a nós, filhos de proletários, o direito que a nossa mocidade, a nossa ânsia de vida, de expressão, de liberdade exigem para o desenvolvimento pleno e harmonioso do nosso ser, da nossa individualidade” (“Editorial”, *Despertar* I,1).

O jornal, vendido a 1 centavo, dirigia-se aos jovens companheiros das oficinas (onde assumiam um papel sempre subalterno) e apelava para a necessidade de luta, de organização e de educação como um responsabilidade individual e um imperativo ético. Mais do que qualquer objectivo sindical de natureza corporativa, o jornal propunha aos jovens operários uma nova forma de estar no mundo, uma nova ética e estética, alcançadas através duma educação nova. A juventude, vista como uma fonte de energia, de impulsos vivos, de movimento, “de vida que sente necessidade de se expandir”, necessitava de educar as paixões, os sentimentos, as emoções, através dos estudos sociais, das palestras, das conferências, do estudo em bibliotecas, em visitas a museus, enfim, da frequência de cursos técnicos e científicos.

Apesar da importância atribuída à educação, que se confundia com a formação do militante, apenas nos anos '20 parece ter sido esboçada a criação duma biblioteca juvenil sindicalista, com a publicação, em 1922, da brochura *A Moral do Jovem Sindicalista* de Amílcar Sarmiento, do núcleo das JS's de Lisboa³. O texto de Sarmiento, dirigido aos seus camaradas, que se percebe serem predominantemente trabalhadores oficiais com alguma escolarização, que vivem em meios urbanos, é matricial para compreendermos a mundividência juvenil revolucionária que era proposta

³ Nessa colecção da responsabilidade da Federação seriam publicados ainda outros títulos como *A gestão sindical no período revolucionário*, por David de Carvalho e *Relação das Juventudes sindicalistas com a Organização Operária* (Tese a apresentar ao III Congresso Operário Nacional, reunido nos dias 1 a 4 Outubro de 1922).

neste período. Utilizando uma linguagem empolada e ao mesmo tempo clara e directiva, ali se estabelecia simultaneamente um conjunto de boas atitudes e comportamentos juvenis e criticavam-se práticas sociais correntes nos meios operários no pressuposto que uma nova sociedade autogerida pelos trabalhadores estaria em germinação. Usando uma retórica puritana e elevada, a obra condena a frequência das tabernas e dos lupanares (“antros do álcool e da prostituição”), os clubes sociais (“mentirosos ambientes de hipócritas cortesias e estúpidos praxismos”), os clubes desportivos (devido à promoção da competição e do combate físico), enfim, os clubes militares. No conjunto, as cidades eram representadas como uma “babilónia da infâmia” devido à multiplicação de práticas e de espaços que obedecem “ao tenebroso plano capitalista de tudo perverter” que se estendem “às mais pacatas aldeias e lugarejos”.

Reproduzia-se aqui o essencial da tese “educação”, aprovada no I Congresso das JS (Janeiro de 1921): a fonte de todo o mal social, da desigualdade e da opressão, encontravam-se nas práticas quotidianas seguidas pelos jovens trabalhadores que eram sancionadas pelos poderes instituídos e que desviavam a juventude da educação racional e livre.

“O tabaco, o vinho, o jogo e a prostituição temível quarteto da infâmia e solida base do privilégio capitalista, são a origem de todo o mal de que enferma a Humanidade e qual formidável filoxera, contamina a Mocidade, ofuscando-lhe a resplendência da vida nascente. É assim que a opressão impera, que os nobres e burgueses vão gozando, impunemente, uma vida regalada e feliz, deturpando, semeando as trevas, para que a inconsciência da massa humana lhes permita tranquilamente, saborear o produto da exploração e do roubo” (Sarmiento, 1922).

Mudando radicalmente o comportamento, esse jovem trabalhador, que ocupava as posições subalternas em categorias socio-profissionais desqualificadas e que, por isso, era frequentemente objecto dos piores tratamentos, humilhações pelos mais velhos e superiores e sofria as más condições de trabalho, poderia alcançar a dignidade, a auto-estima, o sentimento de ser útil à sociedade e,

enfim, ter esperança num futuro redentor. A cada jovem eram oferecidos dois caminhos: a de ser um “homem útil e consciente” ou “a de escravo, pernicioso e inútil”. O jovem seria a “esperança do Futuro, esse luminoso porvir que já se nos mostra num acariciante e libertador clarão”. O jovem descobria que a sua energia e inteligência eram preciosas, que poderia através do seu exemplo ser um modelo que apontava o caminho aos outros. Assim, o jovem sindicalista deveria ser honesto, deveria ser capaz de pensar por si próprio, “seguindo apenas o conselho da tua Consciência” e de resistir a todas as prepotências, à opressão, “a todos os que se julgam mais do que tu e que pretendem dominar-te” (Sarmiento, 1922, p.10).

A rebeldia juvenil era assim encorajada dentro destes limites morais. Por outro lado, o companheirismo e a lealdade entre os pares eram sacralizados: as imperfeições morais existentes entre os trabalhadores deveriam ser atribuídas ao meio social, exigiam uma atitude tolerante, compreensiva e não ser uma fonte de discórdias. A par da lealdade para com os seus camaradas, o *manual* exortava os jovens a nunca desprezar nem deixar de auxiliar os seus camaradas. A ênfase retórica era colocada na racionalidade da nova ética, fundamentada numa moral humanista, que se traduzia depois em recomendações claras como esta:

“Evita sempre prejudicares o teu camarada com a tua comodidade pois é preferível pouca, gozada em comum do que a felicidade completa individual. (...) Nunca lhe recuses auxílio nem desprezes tampouco. Sê bom, transigente e humano e sobretudo aprende a cumprir esta máxima atribuída a Cristo e que poderia ser a base da Paz Universal e Felicidade Humana: — Não faças aos outros o que não desejas para ti”.

O JS sacralizava o trabalho, que deveria ser a fonte da sua da sua autoestima e da sua autoridade social:

“O Trabalho deve ser tomado como lema da tua vida. Sem trabalhares serás prejudicial a ti mesmo e aos teus camaradas. É o melhor dos sports e a mais bela das distrações (Sarmiento, 1922, p.11)”.

O jovem deveria preparar-se para a nova sociedade, onde seria “um elemento útil”. Por isso, deveria tomar conhecimento dos aperfeiçoamentos modernos, instruindo-se também tecnicamente na sua arte ou ofício, “porque amanhã será necessário que cada produtor seja um mestre de si mesmo”.

Esta nova mundividência entrava em rota de colisão com os valores recebidos no seio da família. Os pais eram vítimas duma “péssima educação que receberam”, estavam “equivocados de vícios e costumes prejudiciais em extremo”, tal como o neófito. Contra estes valores, o jovem deveria guiar-se sobretudo pela sua consciência, visto que os conselhos recebidos dos pais seriam, “na maior parte das vezes, perniciosos para o convívio social”. O jovem é assim colocado numa posição de superioridade moral no seio da família, que ele continua, apesar disso, a respeitar:

“Perdoar-lhes-ás os defeitos da sua educação diferente, legado duma era obscura e reaccionária em que eles, por sua desgraça, se arrastaram ao peso da tirania e opressão. Assim aclimatados eles são conservadores, aterrorizando-se com as tuas aspirações a Homem Livre”.

Há neste caminho uma visão optimista e uma promessa de melhoria das relações familiares no futuro. O jovem deveria mais tarde, como pai, prestar a maior atenção aos seus filhos, tanto mais que “serão eles os dirigentes e componentes d’um Futuro mais perfeito” (Sarmiento, 1922, p.18). O respeito pelos afectos familiares e a atenção dada os filhos, que aqui era recomendado, contrastava com a frequente desatenção das famílias operárias para com os filhos, como nos relata, com mágoa, Sequeira acerca da sua própria experiência⁴.

⁴ “Houve sempre um desinteresse por parte do meu pai para com os filhos (...). A sua incultura, a deficiente forma como foi educado no meio das maiores dificuldades, obrigado a ingressar prematuramente no trabalho das fábricas, dava-lhe uma visão da vida um tanto ou quanto retrógrada e muita falta de noção das responsabilidades familiares, lá ia vivendo à sua maneira, sem pensar no seu futuro nem no dos seus filhos” (Sequeira, 1978, p.12).

O caminho do jovem para o sindicalismo era inevitável, pois em breve verificaria a impossibilidade de aceder ao seu grande sonho: a Felicidade. Impedido de realizar uma vida de Amor e Liberdade, o jovem iria sentir ímpetos de modificar violentamente o seu ecossistema social. Deste modo, ele acabaria por procurar outros jovens com aspirações idênticas e sentimentos comuns na vida social: a revolta, a indignação contra a hipocrisia e a infâmia “em que se cimenta a sociedade capitalista”.

Os sindicatos seriam o espaço privilegiado onde o jovem actuaria na mira de substituir “velhos militantes, precursores duma Nova Sociedade, mas exaustos nas quotidianas lutas contra o patronato e inábeis na resolução das questões vitais de interesse idealista do proletariado”. O jovem teria, pois, o dever de se (re)educar, expurgando de dentro de si o “vírus egoísta”, a “educação jesuítica e facciosa” obtida na escola através da disciplina imposta frequentemente com o recurso à violência física e psicológica, que lhe despertou “ambições ilógicas” e “paixões que não possui” (Sarmiento, 1922, p.24). De acordo com a brochura, o militarismo destruía a tendência dos homens para a solidariedade e para o amor pelos seus semelhantes, inculcando nos jovens desde cedo sentimentos racistas e patrióticos. Estes sentimentos deveriam dar lugar ao culto da liberdade, do trabalho e da humanidade.

O amor encontrava-se também no centro das preocupações do jovem sindicalista. Esse sentimento que o jovem dedicava à mulher amada, seu objecto de devoção e desejo, era ao mesmo tempo sacralizado e inevitavelmente frustrado. O amor livre era um amor puro na medida em que ficava reduzido à dimensão afectiva entre dois seres diferentes, de sexos opostos, que não era conspurcado por interesses materiais nem mercantis. Defendiam-se assim as uniões livres que deveriam durar enquanto existisse esse amor⁵.

⁵ Este tema é afluado ainda n’ *O Despertar* (I,2) por Raul dos Santos (“Amor Livre!”), onde o casamento é descrito como um negócio para a burguesia e uma prisão para a mulher. Aí defende que “as uniões sexuais serão feitas por amor, durarão enquanto durar esse amor e, para os que contraem uma união assim, ela não lhes produzirá senão a Felicidade”.

Contudo, na sociedade em que vivia o jovem operário, ele não teria meios de retribuir os carinhos e cuidados que recebia da sua amada “por dádivas que mais ou menos todas as mulheres aceitam com prazer: um objecto de adorno, uma prenda no dia de anos, um sem número de pequenos nada que constituem a alegria e o prazer da mulher, sempre propensa a embelezar-se para mais ainda realçar, aos olhos do seu terno companheiro, a sua beleza natural!” E logo acrescentava:

“Mas... oh! desespero! A defeituosa organização da Sociedade nega aos humildes, o direito de realizar estas insignificâncias que são o prazer e a alegria de viver. Pois se até o escasso pão com que nos alimentamos, por vezes, nos é negado!”

Este manual que se propunha oferecer ao jovem recursos para se afirmar como um indivíduo de valor no seu meio, “um prisma” que o distinguiria “entre a multidão dos novos”, concluía apresentando a revolução social como uma necessidade evidente, uma urgência. Deste modo, a ordem burguesa seria derrubada através de “gesto de fraternal decisão” e “basta um só esforço — o supremo esforço — para, *dum embate só*, banirmos do nosso seio a serpe daninha que entrava a marcha da Liberdade — o Capital” (sublinhado nosso). A ética sindicalista revolucionária era sustentada pela convicção de que a revolução social era inevitável e estava iminente.

A prática das Juventudes Sindicalistas: controvérsias e resultados

A actividade dos núcleos das JS's foi objecto de forte repressão por parte das autoridades, situação que as levou a operar desde cedo de forma semiclandestina ou mesmo clandestina. *O Despertar*, que reaparece em 1920 tendo como redactor principal José de Sousa e como editor José dos Santos, dá-nos conta das perseguições policiais. Em Beja, mais de 50 jovens de 15 e 16 anos foram presos e espancados brutalmente com base na única alegação de pertencerem às JS's. Em Lisboa, durante as greves dos metalúrgi-

cos, uma centena de jovens sindicalistas foi presa preventivamente. No Porto, 7 jovens organizadores do núcleo tiveram a mesma sorte. Durante as greves da companhia das águas e dos correios, a sede das JS's foi assaltada. Cerca de 80 jovens do 1º bairro de Lisboa foram presos noutra ocasião. Tudo indica que os jovens teriam responsabilidades nas acções de sabotagem durante as greves, intimidando com o bombismo e desafiando as autoridades. Mais tarde, em 1923 e 1924, os jovens sindicalistas estiveram envolvidos na luta contra o fim do pão político e contra o fim do pão de tipo único, levando a cabo ataques à bomba em padarias que rebentavam de madrugada para não provocar vítimas. É possível que os jovens recentemente desmobilizados fossem recrutados para acções armadas para apoio ao movimento. As dificuldades financeiras de *A Batalha*, resultantes da destruição de material de impressão, de vários ataques à sede, processos judiciais e apreensões de jornais, foram ultrapassadas de forma algo inesperada e inexplicável, sugerem alguma ligação aos assaltos às casas de jogos clandestinas (Baptista, 1977, p.115).

Em breve, as JS's encontravam-se envolvidas numa espécie de guerra urbana declarada com as forças policiais. Isto permitia o seu jornal falar do “espírito de combatividade e de persistência” e da resistência “deveras admirável” que as JS's tinham oposto às perseguições policiais, o que poderá explicar, em nossa opinião, a rápida expansão da organização, a qual teria alcançado os 3 milhares de militantes nas vésperas do 2º Congresso, realizado no Barreiro, que consagrou a sua orientação anarco-sindicalista⁶. A ênfase atribuída pelos núcleos às acções revolucionárias em detrimento da acção educadora, da propaganda do movimento, teria sido responsável pela “falta de carinho da organização operária”. As JS's, escrevia-se em 1921, tudo o que tinham feito era o resultado da sua luta com o “indiferentismo da *massa* trabalhadora, com a falta de recursos, com o governo e até (...) com uma boa parte da organização operária”. Os jovens viam-se como aqueles que, num futu-

⁶ “As Juventudes Sindicalistas”, *O Despertar* I (1), 1. Jun. 1920.

ro muito próximo, teriam de travar os primeiros embates, os mais violentos, da revolução⁷. Apesar disso, enquanto organização, procuravam ainda um espaço na organização operária. Nas vésperas do seu 1º congresso afirmavam a sua pluralidade ideológica quando se propunham “exercer uma larga propaganda das várias doutrinas, sinceramente baseadas na perfectibilidade humana e na sua regeneração social”. Ao mesmo tempo, mantinham a propaganda do sindicalismo revolucionário. As críticas à atuação do conselho confederal da C.G.T., que reorganizava o movimento sob uma matriz anarco-sindicalista e a urgência da revolução, conduziram as JS’s à cisão comunista numa altura em que a polícia reunia um grupo de marginais (o “Grupo dos Treze”) para executar assassinatos e assaltos a sindicatos. Também o ex-sindicalista Sérgio Príncipe criou uma organização secreta, a Grande Ordem dos Cavaleiros do Patronato com objetivos semelhantes até ser objeto de um atentado a 8 de Setembro de 1922 atribuído à Legião Vermelha (Príncipe-1923). O regime criou também o Tribunal de Defesa Social, responsável por condenações de militantes em ambiente de exceção, levando as JS a proclamar que “o direito de defesa é sagrado” num aviso dirigido à polícia, aos seus quadrilheiros e ao governo.

Em 1923, quando a cisão no seio das JS’s se encontrava já consumada, a polícia criou o embuste da Legião Vermelha (L.V.) para as combater. Esta terceira força secreta com contornos terroristas, surgia numa altura em que uma boa parte dos jovens sindicalistas revolucionários, a começar pelos seus militantes mais destacados, tinham constituído as Juventudes Comunistas, cujos núcleos integravam, pelo menos em teoria, uma organização centralizada e coordenada. Surpreende, neste contexto, a facilidade com que o jovem comunista David Carvalho penetra numa organização que se pretendia secreta, para depois publicar impunemente os seus estatutos n’ *O Despertar*, 19 (Maio 1923), para a desmascarar. Surpreende ainda a dificuldade dos jovens comunistas e anarco-sindicalis-

⁷ “A revolução dos explorados, a revolução dos oprimidos aproxima-se. É um absurdo, uma completa tonteria afirmar o contrário e até duvidar deste facto” (“A necessidade da Revolução”, *O Despertar* (I), 6, 1 Julho 1920).

tas identificarem claramente a sua identidade, origem e objectivos, quando se tratava de uma organização que pretendia, tal como as várias correntes em presença, ter uma organização centralizada e nacional (cf. Freitas, 2007, p.471-476)⁸. Em contrapartida, a partir deste momento, a polícia passou a identificar todos os actos públicos violentos de índole social com a L.V., em especial as acções bombistas (frequentemente actos sabotagem e de intimidação), contando para tal com o apoio da grande imprensa, nomeadamente d' *O Século*. Santana refere, neste ambiente precursor do golpe militar de 28 de Maio de 1926, as infiltrações policiais, as traições, bem como os ajustes de contas com grupos dissidentes das juventudes comunistas (Santana, 1982, pp.73-78).

No refluxo do golpe frustrado «das direitas» de Abril de 1924, as autoridades lançaram uma nova ofensiva contra a C.G.T e as organizações operárias (Guimarães – 2007, p.209). O Comissário Geral da Polícia Ferreira do Amaral mostrou-se especialmente activo na divulgação do regulamento “das sociedades secretas de propaganda do comunismo conhecidas pela Legião Vermelha”, em circulares dirigidas aos administradores dos concelhos, legitimando dessa forma todo o tipo de acções arbitrárias contra os “inimigos da ordem e sociedade” (figura 1)⁹. O inventário conhecido de homicídios e de vítimas de atentados que pode ser atribuído às JS na guerra social que estava a ser travada é relativamente baixo (v. Freitas, 2007, anexos). Os actos de sabotagem, qualificados de atentados contra a propriedade, eram exorbitados na grande imprensa com o epíteto indistinto de bombismo, igualmente aplicado nos atentados pessoais, acções que eram associadas ao bolchevismo e

⁸ Emídio Santana, por exemplo, refere-se nas suas memórias ao “mistério da Legião” e ao “espantinho da Legião Vermelha” (Santana, 1982, pp.73-78).

⁹ Note-se que dez anos mais tarde, com o recrudescimento da acção policial contra os sindicalistas associados ao movimento do 18 de Janeiro de 1934, surgiu novamente um cartaz do regime a recordar que Lisboa tinha vivido “durante anos sob o terror da L.V.”, ilustrando essa afirmação com o facto de ter havido “36 presenças de bombas explosivas por vezes em copiosa quantidade”. Não por acaso, o cartaz não fazia qualquer referência ao número de vítimas.

à LV¹⁰. O bombismo seria desde cedo condenado pela organização operária na sua imprensa, com destaque para *O Despertar*, por ser considerado contraproducente. A reorganização anarco-sindicalista das JS's, que estava em curso, integrou os núcleos nos sindicatos de forma a atribuir-lhes uma função predominantemente educativa e cultural, à semelhança do que ocorria em França¹¹.

Conclusão: anarco-sindicalismo e cultura popular juvenil

A publicação d'*A Moral do Jovem Sindicalista* em 1922 vinha responder à necessidade de estabelecer uma referência ética para as JS's que, em Portugal, teriam tido "muita acção revolucionária mas pouca acção educadora"¹². A acção revolucionária era entendida como uma acção legítima por ser uma resposta à violência das autoridades em acções de protesto público, em greves ou perseguições a militantes, invocando o princípio da autodefesa. O revolucionário, dizia-se, deveria saber manejar uma arma para combater

¹⁰ Quintela (1976, p.41) refere-se à tática da III Internacional (Moscou) em se apoiar nas organizações juvenis, como as Juventudes Comunistas, que em Portugal provêm de alguns núcleos das Juventudes Sindicalistas, reforçadas pelas Juventudes Socialistas, para "revolucionar" as lideranças no movimento operário, recorrendo a todos os meios necessários. A LV aparece numa altura em que a ISV se preparava para tomar a C.G.T. por dentro e isso teria levantado a suspeita de que a organização tinha sido criada para assassinar Manuel Joaquim de Sousa. No processo de reorganização que decorre após o Congresso da Covilhã (Coimbra, 1919), os núcleos das JS's mais radicais são crescentemente virulentos nas críticas à C.G.T., apelando à revolução imediata e à constituição de uma "frente única".

¹¹ Tal como *A Batalha*, também *O Despertar*, II, 19 (9.Mai.1923) crítica de forma veemente "o bombismo inconsequente" e os atos de violência que "ultimamente veem a ser cometidos" por "não terem justificação possível", revelando "pouca consideração pela vida dos seus semelhantes". Considera-as ações de "covardes incapazes de se sacrificar por um ideal", cometidas "no escuro da noite". A ação violenta considerada legítima deveria "convergir num ataque direto e aguerrido contra as instituições sociais burguesas".

¹² "As Juventudes Sindicalistas", *O Despertar*, I, 5, 1.Jun.1920.

ao lado do povo contra as instituições. No entanto, a falta de acção educadora era considerada a falta mais grave na actuação dos núcleos das JS. A ênfase colocada na preparação da juventude para o embate final decisivo, para a grande revolução que estaria iminente, tê-la-ia tornado permeáveis à estratégia da Internacional de Moscovo¹³. Os Comités de Defesa Sindicalista surgiam em 1923 no contexto de luta acesa contra a polícia, contra bandos de marginais contratados, e contra o Estado, que tinha criado leis de excepção e os Tribunais de Defesa Social. Mas actuavam também contra núcleos de militantes dissidentes, pairando sobre eles a incógnita da Legião Vermelha. Sob este pano de fundo, as JS's defrontavam-se com a indiferença das *massas populares* à sua mensagem. No Verão de 1921, *O Despertar* apelava, não ao combate nas ruas mas à "luta contra os sentimentos que se pervertem, (...) contra os que adulam o povo com falsas promessas, (...) contra os messias e os salvadores, (...) contra a ignorância, contra a indiferença, contra o egoísmo e a falsa moral"¹⁴. No entanto, apesar das perseguições a que estiveram sujeitos, o recrutamento de jovens aumentou até à data do 2º Congresso, realizado no Barreiro em 1926, onde estiveram presentes delegados de 28 localidades do país.

O anarco-sindicalismo juvenil fundava-se nos grupos de afinidade que se constituíam informalmente e oferecia aos jovens operários valores e atitudes para se afirmarem socialmente como indivíduos, apoiando-os na sua rebelião contra as autoridades instituídas, dando-lhe auto-estimas e prometendo a felicidade na terra através do amor entre os homens, apenas possível na sua plenitude na sociedade futura. Em contrapartida, rejeitava frontal-

¹³ No Congresso de Berlim (Dez.1922-Jan.1923) defendeu-se que a criação das Juventudes Comunistas pelo Partido Comunista Português obedecia à estratégia de Moscovo para destruir as JS's. Confessava-se assim a sua debilidade interna: "As JS's que funcionam neste momento não estão em estado de opor a esta propaganda invasora uma resistência séria e, a pouco e pouco, nos jovens, o ideal e a doutrina do sindicalismo revolucionário são minados pela base pela doutrina e ideias do comunismo autoritário." (*O Despertar*, II, 19, Maio 1923, p.4).

¹⁴ "Pela Liberdade! Pela Ideologia Anarquista" (II, 1, 2ª serie, Lx, 20.Ago.1921).

mente valores morais instituídos (o patriotismo, o individualismo, a competição) e práticas de consumo e de sociabilidade, ao mesmo tempo que cultivava o trabalho e uma nova educação, exigindo deveres de lealdade e de solidariedade para com os seus pares, o respeito pela família e pelos deveres familiares, em especial para com os filhos. Uma nova moral impunha assim novas regras de conduta e práticas de sociabilidade. Se, por um lado, o jovem sindicalista deveria rejeitar as tabernas e o futebol, por outro, era-lhe proposto explorar novas actividades para sua “elevação moral”, através da participação em grupos dramáticos e musicais, visitas de estudo, prática de exercícios físicos (a ginástica, por oposição aos desportos de competição), de novas formas de relacionamento entre os sexos, de novas experiências colectivas com a natureza através do excursionismo e do naturismo. A organização pretendia “ (...) desenvolver o culto do seu eu (...) de maneira a conseguir dar-lhes independência de cérebro e de raciocínio” (tese Organização ao 1º Congresso das JS). Nesse contexto, a educação do jovem sindicalista era vista como um meio de emancipação individual e colectiva contra a tutela do patrão e do Estado. A relação do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo com o meio popular estava assim vinculado a um projecto de mudança social que contou com a oposição das forças conservadoras. Ao conceber a família como uma unidade de afectos, assente em uniões livres entre indivíduos iguais, ao exigir dos trabalhadores atenção ao futuro dos filhos, ao sentirem a urgência da felicidade, do amor e da liberdade, enfim, ao atribuírem um papel central à educação na transformação do meio social, as JS participavam activamente num processo de modernização da sociedade portuguesa a partir de baixo que começava a despontar.

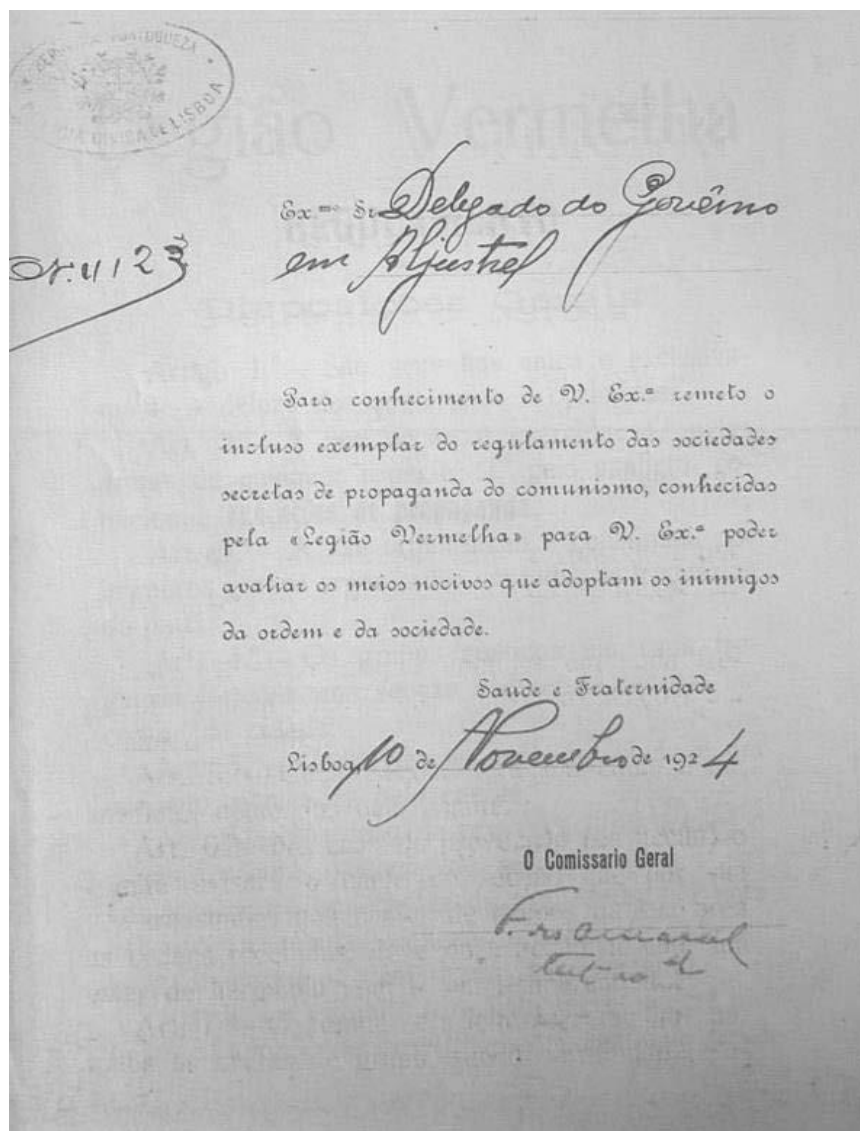


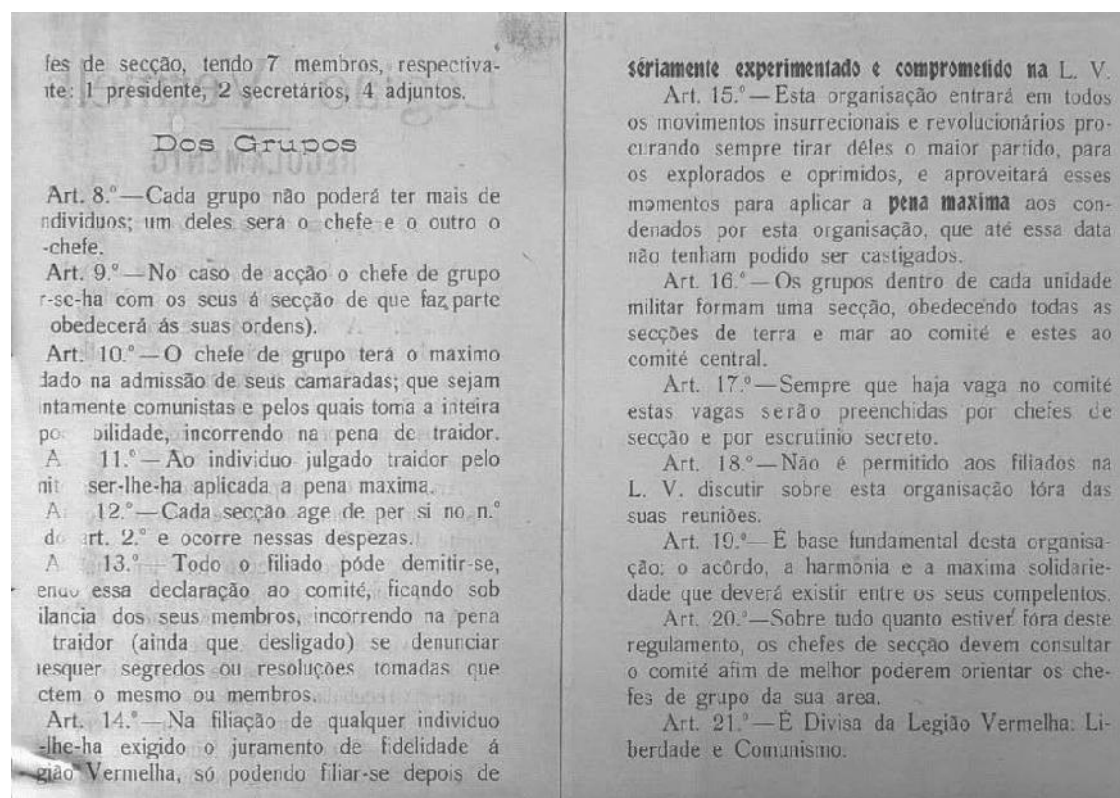
Figura 1

Arquivo Histórico Municipal de Aljustrel / Administração do Concelho – Correspondência Recebida. *Circular do Comissário Geral Francisco Amaral dirigido ao Administrador do Concelho de Aljustrel*, Lisboa, 10. Novembro. 1924. Em anexo foi enviado o Regulamento da L.V., um documento original supostamente capturado pela polícia, sem qualquer timbre ou ícone da organização, impresso em papel *in 4º* com tipos de caracteres estranhos a outras publicações de organizações anarco-sindicalistas e comunistas, usando ainda uma terminologia castrense própria (“execuções de propaganda”, “chefes do grupo”, “os grupos dentro de cada unidade militar, etc.”), obedecendo a uma disciplina militar rígida centralizada à margem de qualquer organização política, ao mesmo tempo que a organização mostrava uma pobreza de enunciados ideológicos e uma disponibilidade *a priori*

para entrar em todas as ações revolucionárias. A existência da Legião justificaria todas as violências contra os militantes sociais, incluindo as deportações (v. Santana, 1982, p.105).



Figura 2a. Regulamento da Legião Vermelha anexo à circular, documento supostamente original (Impresso *in* 4º).



Referências (bibliografia e fontes)

- Baptista, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora: Para a história do diário sindicalista A Batalha / 1919-1927*. – Amadora: Bertrand.
- Cabral, Manuel V. (1977) – *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*. – Lisboa: Editorial Presença; G.I.S.
- Candeias, António (1992) – *Educar de outra forma: a escola oficina n.º1 de Lisboa, 1905-1930*. – 2 vols. – Porto: FPCSUP. – Dissertação de doutoramento
- Francisco, José (1980) – *Recordações da Minha Vida (1899-1980)*. – In Arquivo Histórico-Social (BNP_N61_CX38). – Texto datilografado.
- Francisco, José (1982) – *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal (1899-1982)*. – Lisboa: Edições Sementeira.
- Freire, João (1989) – “As Juventudes Sindicalistas: um movimento singular”. In *Penélope* (4), Nov. 1989, pp. 120-137.
- Freire, João (1992) – *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*. – Porto: Afrontamento.
- Freitas, Filipa (2007) – *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926): Ideologie, violence et révolution*. – Paris. – Tese de doutoramento em História, EHSS

- Guimarães, Paulo Eduardo – “Cercados y perseguidos: La Confederação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938)”. In Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (eds.) – *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 199-241.
- Pires, José Correia (1975) – *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*. – Lisboa: Edições Déagá.
- Poinsard, León (1910) – *Le Portugal Inconnu : Paysans, Marins et Mineurs*. – Paris : Bureaux de la Science Sociale.
- Príncipe, Sergio (1923) – *Ecos de um Atentado Bolchevista*. – Elvas, Tip. Progresso.
- Quintela, João G. P. (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1 A construção do Partido (1º período 1919-1929)*. Porto: Afrontamento.
- Santana, Emídio (1982) – *Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista*. – Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Sarmiento, Amílcar (1922) – *A Moral do Jovem Sindicalista*. – Lisboa: Federação das Juventudes Sindicalistas.
- Sequeira, José Reis (1978) – *Relembrando e Comentando*. – Lisboa: A Regra do Jogo.
- Sousa, Manuel Joaquim (1976) – *O Sindicalismo em Portugal (1931)*. – Porto: Afrontamento. – 5ª ed. Pref. e notas E. Santana.
- Sousa, Manuel Joaquim (1989), – *Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante, 1925-1938*. – Lisboa: Antígona. – Org. introd. e notas Francisco Quintal.